

ATA NÚMERO 235/XII/3.^a SL

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233 e 234, referentes às reuniões de 20, 21, 22, 25, 26, 27 e 28 de novembro e 4 de dezembro (manhã e tarde), respetivamente.
2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 177/XII/3.^a (GOV) – “Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014”.
3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 178/XII/3.^a (GOV) – “Aprova o Orçamento do Estado para 2014”.
4. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 184/XII/3.^a (GOV) – “Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”.
Autora do Parecer: Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS).
5. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 175/XII/3.^a (GOV) – “Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro” e dos Projetos de Lei n.º 429/XII/2.^a (PS) – “Incentivos à capitalização das empresas” e n.º 443/XII/2.^a (PS) – Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME”.
6. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado no que diz respeito à declaração normalizada de IVA [COM(2013)721].
Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).
7. Distribuição de iniciativas europeias.
8. Apreciação da carta remetida pela Comissão Europeia em resposta à iniciativa europeia escrutinada pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública –

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Comunicação da Comissão Europeia «Plano pormenorizado para uma União Económica e Monetária efetiva e aprofundada: Lançamento de um debate a nível europeu».

9. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 288/XII/2.^a, da iniciativa de Pedro Manuel Sabino Martins Gomes: Solicitam à Assembleia da República a abolição imediata do instituto da venda de casa de morada de família por parte da Administração Fiscal, por dívidas tributárias dos contribuintes e a criação de um quadro legal com vista à atribuição de uma compensação monetária ao contribuinte objeto e vítima.

Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

10. Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 304/XII/3.^a, de iniciativa da Comissão de Trabalhadores da Parvalorem: Solicitam que seja encontrada uma solução que permita um enquadramento profissional digno para os trabalhadores da Parvalorem que passe pela sua integração na Caixa Geral de Depósitos.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

11. Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 310/XII/3.^a, de iniciativa da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos: Solicitam a intervenção da Assembleia da República em matéria de regimes de recrutamento, mobilidade interna e intercomunicabilidade de conservadores de registos e demais trabalhadores dos Serviços de Registos e Notariado. Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

12. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.

13. Apreciação da implementação da legislação aprovada pela Assembleia da República em matéria de contratos de crédito à habitação.

14. Balanço da atividade da CRESAP – Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública.

15. Informação sobre a organização de um Colóquio, em conjunto com a Comissão de Assuntos Europeus, sobre a União Bancária.

16. Apreciação dos Relatórios das audiências concedidas ao Sindicato Independente dos Trabalhadores da Informação e Comunicações; à Associação Portuguesa de Centros Comerciais; à Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas; e a delegações da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Nacional de Cabo Verde e da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

17. Outros assuntos.

- 1. Apreciação e votação das atas n.º 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233 e 234, referentes às reuniões de 20, 21, 22, 25, 26, 27 e 28 de novembro e 4 de dezembro (manhã e tarde), respetivamente.**

As [atas n.º 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233 e 234](#), referentes às reuniões suprarreferidas, foram aprovadas por unanimidade.

- 2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 177/XII/3.ª (GOV) – “Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014”.**

De acordo com o estatuído no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, a redação final da [Proposta de Lei n.º 177/XII/3.ª \(GOV\)](#) foi fixada por unanimidade, tendo sido aceites as sugestões constantes da Informação n.º 214/DAPLEN/2013.

- 3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 178/XII/3.ª (GOV) – “Aprova o Orçamento do Estado para 2014”.**

O Senhor Presidente recordou que o texto do projeto de Decreto (e respetiva informação de acompanhamento) havia sido remetido à Comissão em 5 de dezembro, após conclusão prévia a 2 de dezembro e contactos com o Governo para esclarecimentos, termos em que a redação final havia sido agendada apenas para a reunião de hoje pelo facto de só a 9 de dezembro terem sido remetidos os Mapas do OE à Comissão.

Posteriormente, e de acordo com o estatuído no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, a Comissão apreciou e aceitou as sugestões constantes da informação n.º 216/DAPLEN/2013, tendo ainda deliberado que:

- Os artigos 6.º e 165.º do projeto de decreto devem ser juntos num único artigo (localizado onde está, atualmente, o artigo 6.º e eliminando o artigo 165.º), por tratarem ambos da alteração ao mesmo Decreto-Lei;
- No artigo 108.º do projeto de decreto, deve manter-se a redação originária “garantias sob a forma de colateral”;
- No artigo 176.º do projeto de decreto, deve ser promovida a retificação da redação da alínea d) do n.º 2 do artigo 31.º do Código do IRS, para a seguinte: “0,30 dos subsídios ou subvenções não destinados à exploração”, dado ter-se verificado ser esta a versão final da

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

proposta de alteração aprovada;

- No artigo 178.º do projeto de decreto, deve ser promovida a retificação da redação para “natureza interpretativa”;

A Comissão ratificou ainda a referência ao “Código do IRC”, constante do artigo 209.º do projeto de Decreto, tal como acordada em sede de especialidade, bem como as propostas de alteração da epígrafe de alguns artigos, para sua melhor identificação, termos em que a redação final da [Proposta de Lei n.º 178/XII/3.ª \(GOV\)](#), da qual consta o projeto de Decreto e todos os mapas remetidos pelo Governo, referidos ao longo do articulado do projeto de Decreto, foi fixada sem votos contra. Na ausência de documento explicativo do Governo sobre as alterações efetuadas aos Mapas (na sequência da aprovação de propostas de alteração), pressupôs a Comissão que os mesmos refletem as alterações necessárias.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) efetuou uma intervenção para saudar os serviços da Comissão e da Assembleia da República pela sua eficiência no decorrer do processo orçamental, e interveio em sentido contrário quanto à atuação do Governo, cuja demora no envio dos mapas atrasou o envio do OE para promulgação bem mais do que havia sido acordado em Conferência de Líderes. O Senhor Presidente da Comissão subscreveu a primeira parte da intervenção.

4. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª (GOV) – “Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”.

Autora do Parecer: Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS).

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª \(GOV\)](#), sublinhando as suas principais disposições tal como constantes da exposição de motivos da iniciativa. Em sede de debate, começou por usar da palavra a Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD), que saudou a autora do parecer, felicitando ainda os serviços pela excelente Nota Técnica elaborada, intervenção secundada por todos os Grupos Parlamentares. O Senhor Presidente recordou que em circunstâncias anteriores havia já sido feita referência à dedicação e mérito da equipa de apoio à Comissão. Não se registando intervenções adicionais, o parecer foi votado e aprovado por unanimidade.

5. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 175/XII/3.ª (GOV) – “Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-

B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro” e dos Projetos de Lei n.º 429/XII/2.^a (PS) – “Incentivos à capitalização das empresas” e n.º 443/XII/2.^a (PS) – Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME”

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado para o último ponto da agenda de trabalhos.

6. Apreciação e votação do relatório à Proposta de Diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado no que diz respeito à declaração normalizada de IVA [COM(2013)721].

Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) apresentou o relatório à [Proposta de Diretiva do Conselho](#), informando os Senhores Deputados das questões entretanto suscitadas pelos Senados francês e alemão quanto ao cumprimento do princípio da subsidiariedade, nos termos do Tratado de Lisboa, termos em que foi consensualmente decidido inserir uma referência sobre essa matéria no relatório em discussão, suscitando igualmente à Comissão de Assuntos Europeus, competente para elaboração de parecer, uma análise sobre o cumprimento do supracitado princípio, termos em que o relatório foi votado e aprovado por unanimidade.

7. Distribuição de iniciativas europeias.

A Comissão distribuiu, para elaboração de relatório, da Análise Anual do Crescimento e seus anexos, iniciativa que dá início ao Semestre Europeu de 2014, tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relator o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

De seguida, foi distribuída a Comunicação da Comissão Europeia sobre a avaliação geral da situação e perspetivas orçamentais dos Estados-Membros e os respetivos Pareceres sobre o projeto de proposta de orçamento de vários Estados-Membros, tendo o Grupo Parlamentar do PS indicado como relator o Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).

Por fim, foi distribuída uma Proposta de Diretiva do Conselho relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes, tendo o Grupo Parlamentar do CDS-PP indicado como relator o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP).

Os Senhores Deputados tomaram, ainda, conhecimento de um conjunto de iniciativas europeias.

- 8. Apreciação da carta remetida pela Comissão Europeia em resposta à iniciativa europeia escrutinada pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública – Comunicação da Comissão Europeia «Plano pormenorizado para uma União Económica e Monetária efetiva e aprofundada: Lançamento de um debate a nível europeu».**

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD), relatora da iniciativa em apreço, tomou boa nota das respostas e esclarecimentos prestados pela Comissão Europeia, sublinhando o seu acordo face às questões suscitadas pela Assembleia da República, intervenção secundada pelos restantes Grupos Parlamentares.

- 9. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 288/XII/2.^a, da iniciativa de Pedro Manuel Sabino Martins Gomes: Solicitam à Assembleia da República a abolição imediata do instituto da venda de casa de morada de família por parte da Administração Fiscal, por dívidas tributárias dos contribuintes e a criação de um quadro legal com vista à atribuição de uma compensação monetária ao contribuinte objeto e vítima.**

Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) apresentou o relatório à [Petição n.º 288/XII/2.^a](#), recordando as pretensões dos peticionários e as propostas constantes do relatório, após o que foi saudada pelos Grupos Parlamentares, tendo o relatório sido aprovado por unanimidade.

- 10. Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 304/XII/3.^a, de iniciativa da Comissão de Trabalhadores da Parvalorem: Solicitam que seja encontrada uma solução que permita um enquadramento profissional digno para os trabalhadores da Parvalorem que passe pela sua integração na Caixa Geral de Depósitos.**

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

- 11. Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 310/XII/3.^a, de iniciativa da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos: Solicitam a intervenção da Assembleia da República em matéria de regimes de recrutamento, mobilidade interna e intercomunicabilidade de conservadores de registos e demais trabalhadores dos Serviços de Registos e Notariado.**

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O GP do PSD informou que indicaria posteriormente os relatores da [Petição n.º 304/XII/3.^a](#) e da [Petição n.º 310/XII/3.^a](#).

12. Ponto de situação das petições pendentes em Comissão.

Foram analisadas as petições pendentes em Comissão, tendo diversos relatores informado das diligências desenvolvidas, várias das quais a aguardar resposta do Governo. Alguns Senhores Deputados deram conta da apresentação célere do relatório da petição de que são relatores.

13. Apreciação da implementação da legislação aprovada pela Assembleia da República em matéria de contratos de crédito à habitação.

O Senhor Presidente recordou as questões suscitadas pelo Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD), em reunião anterior da Comissão, quanto à avaliação da legislação aprovada em 2012 na Assembleia da República em matéria de contratos de crédito à habitação. Recordou, ainda, o relatório remetido à COFAP pela Comissão de Avaliação do Regime Extraordinário, criada pela legislação supracitada. Nestes termos, e havendo consenso quanto à necessidade de avaliar o impacto da legislação em apreço, foi deliberado ouvir em audição, com a urgência possível, a suprarreferida Comissão de Avaliação do Regime Extraordinário, com todos os seus membros, e, posteriormente, aferir a eventual necessidade de diligências ulteriores.

14. Balanço da atividade da CRESAP – Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública.

O Senhor Presidente recordou as questões suscitadas quanto às atividades desenvolvidas pela CRESAP, tendo havido consenso para ouvir aquela Comissão em audição no início de 2014.

15. Informação sobre a organização de um Colóquio, em conjunto com a Comissão de Assuntos Europeus, sobre a União Bancária.

O Senhor Presidente deu conta dos trabalhos preparatórios de organização de um Colóquio, em conjunto com a CAE, sobre a criação de uma União Bancária a nível da UE, tendo havido consenso sobre a matéria.

- 16. Apreciação dos Relatórios das audiências concedidas ao SITIC – Sindicato Independente dos Trabalhadores da Informação e Comunicações; à Associação Portuguesa de Centros Comerciais; à Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas; e a delegações da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Nacional de Cabo Verde e da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.**

Os relatórios das [audiências](#) em apreço foram favoravelmente apreciados.

17. Outros assuntos.

Não foram suscitados outros assuntos.

- 5. (cont). Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 175/XII/3.ª (GOV) – “Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro” e dos Projetos de Lei n.º 429/XII/2.ª (PS) – “Incentivos à capitalização das empresas” e n.º 443/XII/2.ª (PS) – Redução da taxa do IRC para 12,5% para os primeiros 12 mil e 500 euros de lucros, apoiando as PME”**

O presente ponto da Ordem do Dia foi entretanto retomado, tendo o Senhor Presidente recordado as três iniciativas legislativas em apreço para discussão e votação, na especialidade, sendo deliberado que seria elaborado um texto de substituição referente às iniciativas aprovadas para votação final global em Plenário.

Nestes termos, o Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou as propostas referentes ao [Projeto de Lei n.º 429/XII/2.ª \(PS\)](#), tendo intervindo, em sede de debate, o Senhor Deputado Miguel Frasquilho (PSD), após o que se procederam às votações, tendo sido aprovadas as propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP e o restante articulado não prejudicado pelas suprarreferidas propostas.

Foi, de seguida, votado o [Projeto de Lei n.º 443/XII/2.ª \(PS\)](#), tendo o seu artigo único sido rejeitado com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP. Sobre esta matéria, usaram da palavra os Senhores Deputados Miguel Frasquilho (PSD), João Galamba (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE).



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

De seguida, deram-se início aos trabalhos referentes à [Proposta de Lei n.º 175/XII/3.ª \(GOV\)](#), tendo efetuado intervenções iniciais os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP), João Galamba (PS), Pedro Filipe Soares (BE), Miguel Frasquilho (PSD) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), que efetuou, adicionalmente, um pedido com vista à repetição da votação do Projeto de Lei n.º 429/XII/2.ª (PS).

Os trabalhos foram suspenso pelas 12:35 horas.

A reunião foi retomada após o final da Sessão Plenária, tendo o Senhor Deputado Miguel Frasquilho (PSD) solicitado o adiamento das votações para uma reunião da Comissão a realizar no dia seguinte, proposta que mereceu a anuência dos Grupos Parlamentares.

A Comissão ratificou, ainda, as deliberações tomadas nessa manhã em sede de redação final da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2014.

A reunião foi encerrada às 19:32 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de dezembro de 2013

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Nuno Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Conceição Bessa Ruão
Michael Seufert
Nuno Serra
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
Nuno Reis
Pedro Jesus Marques
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Fernando Virgílio Macedo